

Osório e Caxias: os heróis militares que a república manda guardar

ADRIANA BARRETO DE SOUZA

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social - IFCS/ UFRJ e autora do livro O Exército na Consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora. (Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa de 1997)

RESUMO A importância dos militares na proclamação da república é um fato inegável. O objetivo desse artigo é examinar o processo de instituição de cultos ao general Osório e ao duque de Caxias nas primeiras décadas do novo regime como uma estratégia de legitimação de projetos distintos de república pela incorporação e definição das formas de participação dos militares na política.

ABSTRACT The importance of military to the movement that proclaimed the republic in Brazil is an undisputed truth. This article examines the process which created the worship of general Osório and of duke of Caxias in the first decades of the new regime. It points out this process as a strategy to legitimize distinct projects of republic by incorporating and defining different ways of participation of the military in politics.

General Osório é o seu nome popular, o nome que o Brasil amou e soltou aos gritos de entusiasmo; o nome que o fumo, o sangue e as balas dos combatentes consagraram.

(Jornal do Comércio - 5/10/1879)

Caxias foi a tradição da ordem (...) é a efígie do valor militar, que tanto é ciência, quanto bravura, como disciplina.

(Gazeta de Notícias - 16/08/1899)

Apenas três dias após os acontecimentos de 15 de novembro, o jornal paulista *Diário Popular* publicava uma carta de Aristides Lobo que ficaria bastante famosa. Nessa carta, o propagandista republicano com um certo desencanto comparava a proclamação da república a uma parada militar. O que tornou esse depoimento famoso entre os historiadores foi sem dúvida a sua percepção sobre a falta de participação popular no ato de fundação do novo regime. Aquele que pelo ideário republicano deveria ter sido o protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado.¹ Mas, há nesse depoimento uma outra constatação que não pode ser esquecida — os militares ocuparam o lugar do povo, eles foram os protagonistas.

A importância dos militares no desenrolar dos acontecimentos é um fato inegável. Nos embates políticos que nos anos subsequentes explicitavam as disputas pelo monopólio da produção de uma memória republicana, os principais candidatos ao panteão cívico eram três militares — Deodoro, Benjamin Constant e Floriano Peixoto. Para o propagandista Raul Pompéia, conhecido por suas idéias democráticas, o militar era o núcleo do nacionalismo brasileiro. Defendia essa idéia em uma cartaprefácio ao livro *Festas Nacionais*.² Publicado em 1893, esse livro era indicado pelo governo como leitura para a mocidade brasileira e em apenas dois anos foi reeditado três vezes. A medida fazia parte do jogo que buscava fixar as datas que deveriam ser guardadas pela república, produzindo uma versão oficial sobre os acontecimentos históricos que julgava importantes e os atores neles envolvidos. Ainda que ao final dessa longa batalha em torno da memória republicana Tiradentes tenha saído como o herói do novo regime,³ a criação de um herói militar é uma exigência que se impõe a esses governos.

O objetivo desse trabalho é examinar o processo de instituição de cultos a personagens militares como uma estratégia de legitimação de projetos republicanos através da incorporação e definição das formas de participação dos militares na política. Um regime como o republicano, que teoricamente prevê uma participação popular, quando irrompe passivamente de uma parada militar assistida pela população, como ocorria no Brasil, sem dúvida acaba por promover uma associação inevi-

1 Toda a discussão aqui travada sobre os combates em torno da instituição do imaginário republicano no Brasil tem por referência: CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados — o Rio de Janeiro e a República que não foi*. SP, Companhia das Letras, 1987 e CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil*. SP, Companhia das Letras, 1987

2 OTÁVIO, Rodrigo. *Festas Nacionais*. RJ, Briguirt, 1893.

3 O debate sobre a conversão de Tiradentes em um herói republicano está em José Murilo de Carvalho, 1993, op. cit.

tável entre exército e povo, ou por identificar nos militares o que Raul Pompéia denominaria "tradição de virilidade de um povo". Essa é uma marca que a república brasileira carregará, ainda que ao longo dos anos ela passe por redefinições.

Osório e a república democrática

Recolhidas as tropas que em 15 de novembro haviam proclamado a república, tinha início nas principais folhas do país um outro evento não menos importante: a batalha pela construção de uma versão oficial dos fatos. No centro desses embates estavam os atores principais do movimento. Não podia ser diferente, afinal a definição do papel de cada um deles implicava também na escolha de um projeto republicano específico. Mas, essas disputas que colocavam em campos opostos positivistas, deodoristas e propagandistas históricos eram minimizadas quando se tratava de fazer acreditar a própria república. O fato de ter sido o exército que realizou o movimento criava resistências às tentativas de legitimação do novo regime até mesmo entre os grupos de base do governo. Observações como a de Aristides Lobo corriam nos círculos republicanos e militares. A república que se proclamara parecia não convencer. Alguns civis como Costa Júnior consideravam que as afirmações de que a proclamação da república se deveria exclusivamente aos militares, quase diárias na Assembléia Constituinte e na imprensa, eram deprimentes ao caráter nacional. Já o republicano histórico Martinho Prado Júnior não só reconhecia sem maiores conflitos que os "militares fizeram a república" como afirmava que isso ocorreu porque os republicanos eram parte insignificante da população.

É certo que entre os militares o conflito em torno desse tema era menor, mas eles também estavam longe de compor uma unidade. Além das sérias dissensões que separavam o grupo responsável pela proclamação da república e que tinham sido aplacadas frente aos conflitos que nos anos anteriores atingiam a "honra militar", muitos dos militares que haviam seguido para o Campo de Santana sob ordens superiores não estavam conscientes de que se pretendia derrubar a monarquia e quando perceberam logo se arrependeram do papel que tinham desempenhado.⁴

Em meio a um início tão tumultuado de governo, não é difícil justificar os motivos do impacto da carta-prefácio escrita por Raul Pompéia para o livro "Festas Nacionais". Nela, o autor procurava fundar uma concepção de nação que tinha por alicerce a associação entre povo e exército. A idéia não era original, já contava com uma longa tradição entre setores

⁴ Referência obrigatória é o trabalho de CASTRO, Celso. Os Militares e a Proclamação da República: um estudo sobre cultura e ação política. RJ, Zahar, 1995.

do exército⁵ e era partilhada pelos oficiais líderes do movimento. Para Raul Pompéia os militares deveriam ser respeitados como expressão maior das forças revolucionárias que lutavam pela "emancipação nacional". O fato de ter sido o exército que fizera a república, para ele, não era uma desonra para o povo e para a república, mas uma honra para o exército, que era o povo em armas.

O número de edições que alcançava o livro em tão pouco tempo parecia aprovar essa versão dos fatos pela qual o exército emergia como uma força democrática e popular. O problema que persistia era o exercício intelectual necessário para se alcançar tal proposta. O livro "Festas Nacionais" repassa praticamente todos os acontecimentos nacionais desde a descoberta do Brasil para chegar a essa versão dos fatos. Um caminho duro demais e a que poucos tinham acesso fora do estreito círculo dos letrados. É nesse sentido que o governo militar de Deodoro recupera com especial entusiasmo a história e acima de tudo a imagem do general Osório.

Resta indagar porque uma república proclamada por militares deveria retornar a lideranças do império para trabalhar a imagem do exército.

O motivo central nesse caso é exatamente a frágil unidade do grupo de militares que ascendia ao governo, unidade forjada pouco antes do 15 de novembro. A república ainda não havia completado um ano e as duas lideranças militares de 1889, Deodoro e Benjamin Constant, já trocavam acusações a ponto de serem apartados por terceiros para que não chegassem ao confronto físico.⁶ No mesmo governo, havia ainda os republicanos históricos, que, como vimos, ocupavam uma posição bastante delicada face à consolidação do caráter militar da república. Por ser um oficial do império, Osório aparecia como um nome neutro que também agradava ao grupo histórico por ter sido um símbolo militar e político do partido liberal.

Monumento. O primeiro investimento oficial do governo republicano na recuperação da imagem do general Manoel Luís Osório foi a concessão feita pelo Conselho da Intendência Municipal do Rio de Janeiro, em janeiro de 1890, do terreno da Praça XV de novembro para a instalação de um monumento eqüestre em sua homenagem.⁷

A história da construção de um monumento do general Osório é antiga, ocorreu ainda no ano da sua morte, em 1879. Os mesmos jornais que anunciaram o seu passamento e cobriram as cerimônias do funeral,

5 Um esboço dessa tradição consagrada pelo ideal do soldado-cidadão já pode ser encontrado no jornal "O Militar", publicado por um ano a partir de junho de 1854.

6 Celso Castro, *op.cit.*, p.197.

7 Arquivo Geral da Cidade (daqui por diante AGC). Setor de manuscritos. "Monumento a Osório" - 46.3.34.

dias depois anunciavam a abertura de uma subscrição popular para a construção do monumento. Mas, a idéia parece não ter vingado. Nos anos seguintes, os cotidianos não mais faziam referência a ela e a iniciativa só seria recuperada em 1887. Foi nesse ano que se deu a organização de uma comissão para acompanhar os trabalhos daquele que viria a se tornar o maior estatuário das primeiras décadas republicanas — o professor Rodolfo Bernardelli.⁸ A assinatura do contrato é datada de 14 de janeiro de 1888. Em abril do mesmo ano um segundo contrato é assinado também por Rodolfo Bernardelli. Curiosamente, para a construção de um monumento do duque de Caxias.⁹ Os dois heróis da Guerra do Paraguai continuariam a disputar espaços e a polarizar opiniões políticas, ainda depois de mortos.

Mas a retomada da iniciativa pela monarquia não deve ser muito valorizada. A coroa e os políticos da Corte parecem não ter dispensado muita atenção à memória que se pretendia instituir dos dois mais famosos generais do império. As sessões da Câmara Municipal da Corte (depois Intendência Municipal) e da Câmara dos Deputados não se pronunciaram quanto aos traços e à história que seria esculpida nos bronzes de Bernardelli. A responsabilidade recaiu sobre a referida comissão, composta, tanto no caso de Caxias quanto no de Osório, por militares de alta patente, sócios do IHGB e empresários ligados à praça do comércio.

A única maneira de acompanhar a construção da imagem dos dois generais é através das cartas e comentários rascunhados por Bernardelli e do próprio contrato, que trazia uma descrição detalhada das estátuas e algumas considerações sobre os seus traços.¹⁰ Apesar do interesse maior desse texto no momento recair sobre a figura do general Osório, apresentarei nas próximas linhas as duas estátuas para tornar mais claro a memória que interessava à república recuperar.

Os papéis de Bernardelli não deixam dúvidas quanto ao perfil que nos últimos anos da monarquia, por meio das suas mãos, se pretendia eternizar dos dois heróis. A estátua de Osório, que até hoje se encontra na praça XV de novembro, centro do Rio, consagrava a imagem de um militar propriamente dito. Na parte anterior do monumento, no primeiro degrau foram colocados emblemas de bronze dos principais atos da vida do general e na parte posterior o que Bernardelli denominou "o livro da história".¹¹ Nele, estaria gravado o dia do seu nascimento e seus principais feitos. De ambos os lados foram colocados ainda seus troféus militares e, completando a imagem, estão o seu poncho e a espada de

8 AGC - setor de manuscritos. "Atas das sessões da comissão do monumento ao general Osório" - 46.3.36.

9 Museu Nacional de Belas Artes (daqui por diante MNBA). Arquivo Rodolfo Bernardelli. Pasta nº27.

10 Esse material se encontra no arquivo Bernardelli, pasta nº 27 - estátua de Osório, no MNBA.

11 Idem. Documento de 14 de jan. 1888.



campanha. Um traço que mereceu atenção especial de Bernardelli foi a modelagem do cavalo. No seu arquivo foi possível encontrar uma pasta só com fotografias de monumentos eqüestres,¹² que destacavam os cavalos. Tratava-se de um estudo cuidadoso. São fotos de monumentos de várias cidades dos Estados Unidos, França e Itália. Em todas elas, os cavalos encontram-se em movimento. É dessa maneira que Bernardelli esculpe o cavalo de Osório. Sobre o cavalo, o herói homenageado seguia os modelos estudados pelo estatuário. A imagem retratava uma situação de guerra: Osório tem uma das mãos nas rédeas enquanto a outra empunhava a espada no ar. Em carta ao barão do Andaraí, presidente da comissão, Bernardelli afirma que procurou lhe dar um "... ar natural: a cabeça exprimindo valor e franqueza enquanto o braço direito de um movimento nervoso é levado para trás, o que dá ao corpo movimento que desenha largamente a parte anterior e posterior".¹³ O uniforme era o de campanha, bastante simples. Para executar toda a obra foram derretidos vários canhões utilizados na guerra do Paraguai, proposta do estatuário.

O Caxias de Bernardelli é antes de mais nada um aristocrata. O monumento que hoje se encontra em frente ao Palácio que leva o seu nome, antigo ministério da guerra, situado na avenida Presidente Vargas, também no centro do Rio, foi confeccionado ao mesmo tempo em que era esculpido o de Osório. O contraponto é perfeito. A parte anterior do monumento sustenta o brasão ducal, coroa e armas.¹⁴ Apesar dos serviços prestados por Osório à monarquia também terem lhe rendido um título de nobreza, o título de marquês de Herval, essa passagem da sua biografia não é lembrada pelo bronze de Bernardelli. Na parte posterior do monumento de Caxias, está escrito com letras douradas a data de nascimento e de falecimento do duque e lateralmente cai dois grandes festões de louros, também em bronze. O cavalo montado pelo herói não

12 Idem. Pasta de documentação avulsa - APO 661-100 a APO 661-119.

13 Idem. pasta nº 27, doc. nº12 III.

14 Sobre Caxias ver: idem, pasta nº 27 - estátua Caxias. Contrato de serviços.

expressa qualquer movimento, não há qualquer intenção de Bernardelli em atribuir-lhe vida. Com essa mesma ausência de força ou de paixão, para usar uma expressão da época, é esculpida a imagem do cavaleiro. Caxias está impassível, com a mão esquerda segura as rédeas relaxadas e com a direita um binóculo. A espada está embainhada. Para Bernardelli, ele é o estrategista.



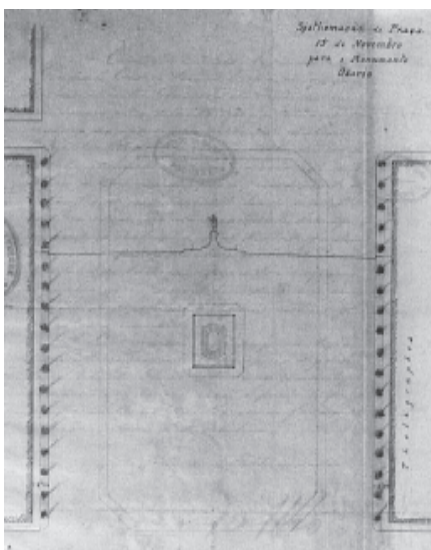
Essa é a imagem dos heróis militares da monarquia que em janeiro de 1890 o primeiro governo republicano recupera, reativando o projeto dos anos anteriores através de vários investimentos simbólicos. O primeiro deles é dirigido ao lugar em que será instalada a estátua. O lugar requisitado pela comissão e aprovado pela câmara municipal da corte, ainda em 1885, foi a "... praça devoluta existente entre o jardim do Campo da Aclamação e o quartel militar" (hoje, Palácio Duque de Caxias).¹⁵ O local era perfeito para a imagem militar que se construía de Osório. Só que ao se apropriar dessa imagem, a república propõe um novo lugar — a praça XV de novembro. A proposta que partiu da intendência era justificada com um discurso que afirmava a necessidade de se "...oferecer um local mais apropriado e compatível com os méritos do grande cidadão que queremos por em bronze".¹⁶

Essa tomada de atitude da intendência municipal apenas inaugura uma série de outros pequenos cuidados que buscavam valorizar o personagem e mobilizar a população para o ato de inauguração do monumento. Um dos cuidados dispensado por Bernardelli foi a elaboração de um projeto de reforma da praça XV, prontamente encampado pelo governo.¹⁷ Afirmava no projeto que era habitual nos países civilizados instalar esse tipo de estátua em praças completamente livres de jardins. Há para ele dois princípios que orientam esse hábito. Um sugere que monumentos históricos não devem servir de ornamentação para jardins, o outro é político. Sem os jardins, o monumento adquiria maior importância. No caso específico da praça XV de novembro, chama atenção ainda

15 AGC, seção de manuscritos, "Estátua do general Osório" - 1156. 43. 1. 68.

16 Idem. "Monumento a Osório" - 46. 3. 34.

17 Idem "Monumento do general Osório: sobre o jardim da praça XV de novembro" - 46. 3. 35.



para o fato de que a região é o cartão de visitas para o estrangeiro que desembarca na capital e que, portanto, deve estar totalmente desimpedida. Assim, seguindo a orientação de Bernardelli, a praça XV vira um grande passadiço com bulevares apenas nas laterais e com o monumento do Osório ao centro. Cravada no coração da cidade, era a estátua do grande cidadão que deveria acompanhar o cotidiano turbulento dos habitantes locais e saudar o estrangeiro que viesse conhecer a mais nova república sul americana.

Outro cuidado que surtiria grande efeito foi a decisão de se fazer uma cerimônia para a transladação do corpo do general Osório e o seu encerramento na cripta do monumento. O corpo de Osório havia sido embalsamado em 1879 e o governo republicano o recuperava numa cerimônia que por exigência do presidente marechal Floriano Peixoto deveria ser coberta de pompa e contar com a adesão total das tropas sediadas na capital.¹⁸ O dia começou com a celebração de um ofício divino na Igreja da Santa Cruz dos Militares, assistido pelo presidente da república, todos os ministros e os presidentes do senado, da câmara e da intendência municipal, e seguiria depois para a praça XV. Em todo o trajeto havia tropas perfiladas. Mas, isso não parecia ser suficiente para o presidente Floriano Peixoto que se ressentia do percurso entre a igreja e a praça ser muito curto. Para ele, isso diminuía o impacto das homenagens que se realizava e que eram devidas ao general. A importância dada pelo presidente ao evento foi tanta que ele próprio teria pegado numa das alças do caixão, acompanhado pelos presidentes da câmara e da intendência, pelo ministro da guerra e pelo presidente da comissão de construção do monumento.

Esses detalhes seriam arrematados com a exposição da maquete da estátua no edifício da praça do comércio.¹⁹ A exposição tem início em meados de dezembro e segue até o final de janeiro. O objetivo é claramente anunciado: "... permitir que a população possa contemplar e cultuar desde já aquele que foi o maior herói da pátria, um soldado do povo".

18 Toda a festividade é relatada em Idem. "Atas das sessões da comissão do monumento ao general Osório" - 4. 07. 87.

19 MNBA. "Carta de Bernardelli ao barão do Andaraí, chefe da comissão" - pasta nº 27, doc. nº12 III.

Em função dessa intenção, a maquete foge ao padrão tradicional, equivalente a 1/10 da estátua, e é feita num tamanho maior, que corresponde à quarta parte do projeto final. O último detalhe, para encerrar a série de cuidados que cercou a realização do monumento, foi a encomenda da biografia "História do general Osório", escrita por Francisco Osório, deputado e filho do homenageado. A distribuição do livro fez parte das comemorações de inauguração do monumento.

A primeira página do jornal "O País" de 12 de novembro de 1894 estampa uma grande foto do general e anuncia os festejos do dia. A inauguração do monumento pararia toda a cidade. Estava prevista a participação de segmentos variados da sociedade. Além, é claro, da presença maciça dos batalhões aquartelados na cidade. O jornal avisava que haveria uma "grande marcha cívica" composta pelos alunos dos colégios públicos e particulares, de integrantes de associações patrióticas, comerciais, recreativas, beneficentes e de funcionários públicos. O governo pretendia promover, segundo a folha, uma grande confraternização do povo. Para tanto, previa, ao final das comemorações cívicas, um espetáculo com divertimentos populares. O governo parece ter alcançado seu objetivo. A edição do dia seguinte fazia referência ao sucesso da festa — uma verdadeira "manifestação do espírito popular brasileiro". A estátua de Osório deveria exprimir o modelo de cidadão reclamado pela república, promovendo a associação entre povo e exército. O discurso de Leôncio de Carvalho frente à estátua explicita claramente a idéia:

Como cidadão o general Osório amou sempre a democracia (...) justo é hoje pois que militares e paisanos ligados em cordial amplexo saúdem afetosamente o ínclito general e benemérito cidadão, a quem devem tantos e tão valorosos serviços; curvem-se reverentes diante da abençoada estátua, que atestando o consórcio do militarismo com a liberdade, exuberantemente demonstra que o povo e o exército, naturais aliados, devem confraternizar seus esforços em defesa do grande princípio fundamental de todos os poderes políticos: a soberania da nação.²⁰

Lembrando que havia participado do gabinete de 1878 com Osório, Leôncio de Carvalho valoriza seu discurso como um testemunho. Defende que Osório no ministério ou no parlamento foi o exemplo maior de um soldado democrata e popular e que a exemplo dele, civis e militares republicanos deveriam confraternizar em torno dos ideais liberais. O ministro

²⁰ O discurso na íntegra pode ser encontrado no AGC, seção de manuscritos. "Atas das sessões da comissão do monumento ao general Osório" - 4. 07. 87. (grifos meus).

da guerra e general Costallat aproveitaria o ensejo para entusiasticamente saudar em discurso transcrito pelo Jornal do Comércio de 12 de novembro de 1894 a figura de Osório: "A República passa reverente diante da sua estátua e entoando a tua apoteose — Salve, herói! Salve, Osório!".

24 de Maio. A história militar retrata invariavelmente Osório como o maior herói de Tuiuti e lembra como a mais popular das comemorações militares a homenagem que anualmente lhe era feita em frente a estátua da praça XV de novembro no dia 24 de maio, dia da vitória das forças brasileiras na batalha. Mas, o início dessas comemorações pode ser datado historicamente. Foi mais uma forma de apropriação da memória do general Osório realizada pela república.

Até o ano de 1883 os jornais da Corte não noticiavam a realização de qualquer comemoração da batalha de Tuiuti. A data passava em branco, confirmando a idéia de que a monarquia não tinha por hábito cultivar nomes e datas marcantes da história do seu exército. Em 1884, o "Jornal do Comércio" publicou pela primeira vez uma pequena notícia lembrando o acontecido, mas coube ao jornal "O País", a partir de 1885, a realização de um trabalho sistemático de recuperação da batalha do Tuiuti e do nome do general Osório como seu grande herói. A homenagem em forma de notícia inaugurada pelo "Jornal do Comércio" ocuparia a partir de então anualmente a primeira página de "O País", sob o título de "24 de maio". Ela se limitava a lembrar o fato e não informava a ocorrência de qualquer festividade na cidade. A atitude do jornal era isolada, mas é possível perceber com clareza o interesse dos seus redatores em promover o acontecimento. A cada ano a pequena nota aparecia exatamente com o mesmo título na primeira página da folha. Um dado que não se pode perder de vista é a vinculação política desse jornal. Fundado em novembro de 1884, "O País" era dirigido em 1885 por Quintino Bocaiuva que através das suas páginas orientava a propaganda republicana e os rumos do partido republicano do Rio de Janeiro.²¹ Ou seja, são os republicanos históricos que, ainda no império, procuravam resgatar a batalha do Tuiuti e a memória de Osório.

A promoção da batalha do Tuiuti como data do calendário de festas da cidade só ocorre em 1901, quando através do decreto nº 4238 datado de 15 de novembro o governo Campos Sales criou a medalha do mérito militar e fixou a data de entrega no dia 24 de maio. A medida representa uma tentativa do presidente civil de se aproximar das forças militares. Foi ele mesmo quem afirmou em discurso publicado pelo "O País" de 25 de maio de 1902 que as datas foram "... perfeitamente meditadas". Em 24 de maio de 1896, ano em que se comemorou os 30 anos

21 SODRÉ, Nelson Werneck. A História da Imprensa no Brasil. RJ, Civilização Brasileira, 1966. Nota 171 da p. 288.

da batalha, o "Jornal do Comércio" informava que "... só na capital federal estão exercendo cargos de confiança do governo nove oficiais gerais que naquela época [da guerra] eram capitães e subalternos". A partir dessa data, as folhas passam a noticiar a realização de festividades mas que se limitavam — é importante destacar — a espaços militares. Eram comemorações organizadas pelo Clube Militar ou pela Associação de Veteranos da Guerra do Paraguai nos quartéis, e nelas não compareciam autoridades civis.

O "24 de maio" comemorado em 1902 trazia assim uma novidade — a presença do presidente e de representantes das instituições republicanas. Reafirmava publicamente os vínculos que uniam os militares ao governo. A entrega das medalhas, ponto alto das comemorações, "... seria feita pelo próprio presidente Campos Sales no salão nobre da Secretaria da Guerra. As tropas perfiladas à entrada do quartel general criavam um corredor entre o landau presidencial e o portão do quartel para receber o chefe do governo republicano, que vinha acompanhado do general Argollo e dos comandantes das brigadas". No discurso que pronunciou no momento de entrega das medalhas, o presidente afirmava que a criação da medalha militar "... obedecia ao sentimento de justiça e à forma democrática". A república não conferia "honras nem privilégios de nobreza", mas sabia reconhecer a dedicação dos soldados ao serviço da pátria. A república democrática esquecia os títulos nobiliárquicos e premiava um oficial pela fé-de-ofício que ele apresentava. A medalha era a "... fé-de-ofício pendente na farda", símbolo do reconhecimento do governo. Não foi outro o motivo pelo qual Osório ficou conhecido por sua patente militar, sendo completamente esquecido o fato de ter sido condecorado pelo imperador justamente após a guerra contra o Paraguai com o título de marquês de Herval.

Mas a comemoração não se limitava a entrega de medalhas. Ela ocorria durante todo o dia. O jornal "O País", que fizera a cobertura completa do evento, informava, no dia seguinte, que às quatro horas da manhã já era possível notar os ativos preparativos da força que deveria formar para comemorar a grande batalha. O 2º regimento de artilharia ficara estacionado em frente ao quartel general a fim de dar salvas por ocasião da chegada do presidente da república e, depois de desfilar em continência ao presidente, seguira para a praça XV de novembro. Lá desfilara em continência à estátua do legendário general. Antes da chegada deles, a festa na praça corria por conta da associação dos veteranos do Paraguai que, depois de uma longa saudação com os fogos da artilharia, revezava vários oficiais em discursos que "... imploravam a Deus para que concedesse à mocidade a graça de seguir os exemplos de Osório e para perpetuar a sua memória no coração do brasileiro". Para aumentar a emoção da cerimônia desse ano, ao final, o neto do general,

um "rapazinho", encaminhara-se para o coronel Ramos, secretário da Associação e o abraçou, "... agradecendo comovido em seu nome e no de sua família as palavras com que havia saudado o seu inolvidável avô".

A comemoração que aparece na literatura militar como um fato imemorial e popular é sem dúvida uma invenção republicana que tem início no governo Campos Sales, em 1901. Só então as comemorações da batalha do Tuiuti passam a ser registradas anualmente na capital da república.

Centenário de Osório. Em 10 de maio de 1908 era comemorado o centenário de nascimento do general Osório. A festa que tomava conta da cidade não foi muito diferente das anteriores. A praça XV de novembro foi toda ornamentada. Em cada ângulo do quadrilátero em que estava colocada a estátua, erguia-se um coreto com guirlandas de bandeirolas e festões de folhagens. A iluminação foi toda modificada para que a festa se estendesse pela noite. A intenção era de que ela não se restringisse a paradas militares e civis. Deveria haver atrativos para o povo. O "Jornal do Comércio" noticiava o ocorrido como uma festa popular. Afir-mava que dava prazer conversar com aqueles que seguiram Osório na guerra do Paraguai pelo respeito e entusiasmo com que narravam histórias e descreviam a figura e os gestos do general. Dizia que era comum entre esses militares a brincadeira de imitar a sua voz e relembrar as anedotas contadas pelo general e que caracterizavam o seu espírito extrovertido.

A república consolidava a imagem do herói popular. É certo que a construção da heroicidade do general Osório não é arbitrária. Ela não encontraria eco se não possuísse uma base social de sustentação. Mas não é interesse desse trabalho discutir se Osório foi realmente um oficial popular entre a tropa ou não. O objetivo é perceber como a república articula uma imagem do general, lhe atribui predicados, características de personalidade e tece uma heroicidade através de valores que pretende promover. O jornal "O País" dessa data informa que no dia dos festejos, o presidente da república, seu ministério e autoridades de terra e mar assistiam a tudo do edifício da Repartição Geral dos Correios e Telégrafos, antigo Paço Imperial. Em determinado ponto da festa, deixaram o prédio e "seguiram até a estátua para cumprimentar a memória do ínclito soldado".

Mais uma vez caberia ao tradicional jornal republicano a cobertura da festa. Na sua edição de 10 de maio há uma matéria sobre o general Osório que ocupa as suas duas primeiras páginas integralmente. Publicaria um texto laudatório sobre os seus feitos militares, um artigo denominado "Notas Biográficas" e outro intitulado "Ação de Osório nos Comandos de Caxias e do Príncipe de Orleans". Mas, é no artigo sobre "Osório e a Política Imperial" que podemos encontrar dados interessan-

tes. Depois de lembrar que Osório havia se "... entregado as lutas políticas prestigiando a propaganda democrática do partido liberal histórico", recupera um suposto depoimento de Osório em que ele "... vaticinava que o futuro pertencia à república": "a coisa há de vir — dizia" e o redator conclui: "... e não se enganou". Para o jornal "O País" não restavam dúvidas: Osório era o maior exemplo do que se costumava denominar um soldado-cidadão.

Caxias e a vitória da república conservadora

Ainda que essas primeiras décadas republicanas celebrem com entusiasmo a incorporação das forças militares no cenário político como forma de manifestação popular, sempre surgiam vozes dissonantes. Os discursos pronunciados por ocasião da inauguração do monumento a Caxias, e publicados pela "Gazeta de Notícias", são um ótimo exemplo de que havia oposição em relação ao papel a ser desempenhado pelo exército na sociedade. A leitura que realizavam do monumento procurava valorizar um outro padrão de comportamento militar, que recusava a voz da política dentro do exército, chamando atenção para os riscos de se incentivar o que consideravam atos de indisciplina.

O que se rejeitava nessa política militar republicana era a dificuldade com que ela controlava as manifestações militares. Um caso exemplar pode ser encontrado na própria comemoração do "24 de maio". A festa que, como vimos, foi instituída pelo governo e contou com a presença do presidente da república e de altos escalões do governo, no ano seguinte fugia ao controle dessas autoridades. Ou melhor, era reapropriada por alguns setores do exército. Em 1903, a tradicional Escola Militar da Praia Vermelha, núcleo do movimento que em 1889 proclamou a república, resolveu também comemorar a data. "O País" de 25 de maio noticiou o acontecimento. A festa organizada pelos jovens alunos foi marcada por uma série de disputas esportivas entre as quais se destacava o que denominaram uma regata comemorativa. Na hora do almoço, um grande entusiasmo tomou conta do refeitório e em meio a vários discursos que criticavam o novo governo civil, os alunos levantavam brindes aos veteranos do Paraguai, representados na figura de Nespúcio e simbolicamente na de Osório. Depois de fazer uma longa exposição dos principais episódios da batalha do Tuiuti, o veterano de guerra saíria "carregado em triunfo". No mês de novembro do ano seguinte, os alunos da Escola se envolveriam na revolta contra a vacina obrigatória e a Escola da Praia Vermelha seria fechada.

Se a república buscava recuperar a memória de Osório com o objetivo de legitimar a sua origem militar e de incorporar esse grupo como o "povo em armas", o que começava a se perceber era que essa estratégia

gerava problemas para o próprio exército. As críticas que isoladamente apareciam ao culto que se prestava a Osório como oficial do povo procediam. O governo não tinha o cuidado de definir um conteúdo oficial para expressões como "soldado-cidadão", tão amplamente difundida e com um histórico indiscutivelmente intervencionista, e nem para outras mais ingênuas que, não obstante as diferenças, destacavam a idéia de popular. Um artigo publicado pelo Jornal do Comércio como parte das comemorações do centenário do nascimento de Osório, para apresentá-lo como líder popular, tecia uma imagem comprometedoramente do general. Depois de afirmar que Osório era muito político, contava algumas histórias. Numa delas, sobre a batalha do Tuiuti, contava que após Caxias ter dado ordem para uma revista geral, determinando o horário em que a mesma ocorreria, Osório aproveitara um pequeno intervalo para descansar. Só que na hora marcada Osório não se apresentou, ainda estava a vontade em sua barraca e nem sequer lembrava das ordens de Caxias. Só percebeu a sua falta quando ouviu o toque do general em chefe. No artigo, o apelo popular do herói residia no fato de estar desligado dos valores de hierarquia e disciplina. Arrematando a imagem, o artigo ainda afirma que Osório teria feito toda a campanha com blusa sem divisas e com chapéu de feltro ou palha, ignorando o uniforme oficial.

Para aproximar Osório do povo, a imagem que em alguns momentos dele se criava era pouco militar. Uma estratégia interessante para perceber essa diferença é comparar os traços dos quadros que retratavam Osório e Caxias nessa época. O quadro oficial de Osório no ministério da guerra é bastante informal. Apesar dos cuidados em retratá-lo de uniforme, há uma grande liberdade na composição desse e na própria postura do general. Detalhes que ficam mais claros quando observamos a foto do Caxias que anos depois também ornamentaria as salas do mesmo ministério (gravuras nº 1 e 2). O esforço em aproximar Osório da imagem de soldado do povo era tão grande que realmente a única coisa que nessas representações o distanciava do cidadão comum era a farda e, para alguns, nem mesmo ela deveria atrapalhar a comunhão entre os dois grupos. Por isso, o ponche nessa época era parte constitutiva da sua imagem. Um símbolo que a década de 40 fará desaparecer das reproduções oficiais do herói do Tuiuti (gravura nº 3).

Os valores que a estátua de Caxias representava, ainda que pouca expressão tivessem nesses anos iniciais da república, permaneciam como uma alternativa ao projeto Osório.

Monumento. Em agosto de 1899 era inaugurado o monumento a Caxias, cinco anos depois das festividades que consagraram a estátua de Osório. O jornal "O País", que também estava presente na cobertura da comemoração de 1894, praticamente silenciava frente à inauguração da estátua de Caxias. Apenas uma pequena nota era publicada pelo



Gravura 1



Gravura 2



Gravura 3

jornal no dia da festa. "Há de se concordar que os festejos foram menores...". Além da demora na execução do monumento, não houve a mesma atenção e os mesmos cuidados que o governo havia dedicado ao monumento de Osório. Mas, ainda assim, o jornal "O País" não perderia a oportunidade de participar das disputas pela instituição da memória do duque. No dia seguinte, publicava uma grande matéria que reelaborava o bronze de Bernardelli, "fazendo-os falar" mais do que se poderia inferir pela simples observação da estátua. O artigo de 16 de agosto se esforçava para mostrar o descompasso existente entre a imagem de Caxias instalada na praça Duque de Caxias (atual Largo do Machado) e o povo. O que o estatuário definia como imagem de estrategista, para justificar o porte altivo e imóvel do oficial, era definido pelo artigo através de adjetivos como frio e matemático. O exército comandado por Caxias tendia, segundo o jornal, "... para a indiferença do ritintim das armas, do estouro das granadas e do silvar da fuzilaria, passavam em esquadrões cerrados, passo lento, soldados e oficiais firmes na sela, sabres espelhantes em continência". E continuava a imputar valores a personalidade de Caxias, com uma boa dose de ironia: "... que solenidade natural e augusta naquele porte (...) percebe-se que aquele coração pulsa normalmente como um pêndulo, que aquela inteligência culta vai mais longe que a vista! E sente-se em derredor o exército matematicamente desdobrado,

cientificamente disposto, aguardando a ordem de investir". Para destacar o contraste com o povo que comparecia à festa, o artigo inseria ainda imediatamente depois desse texto a seguinte exclamação: "Entretanto, o cenário no jardim e nas ruas laterais era uma festa!". Para "O País", a memória a ser guardada da festa de inauguração do monumento devia ressaltar a mais completa falta de interação entre sóbria estátua de Caxias e a população em trajes domingueiros que a cercava dando vivas ao herói. Ao contrário de Osório, ele era um soldado monarquista, que evitava contato com o povo.

Essa imagem do soldado da monarquia — é importante lembrar — estava presente no próprio bronze de Bernardelli. No lugar de troféus e da lista dos grandes feitos do herói militar, eram registrados o brasão de armas e as condecorações imperiais. Uma tradição que a república democrática tentava desvalorizar, ainda que reconhecesse através da construção do monumento a importância histórica do marechal e único duque da monarquia. Na verdade, era difícil para qualquer governo recusar uma homenagem a Caxias. Osório poderia ter sido o herói da maior batalha do Paraguai, mas a Caxias se devia a unidade territorial brasileira.²²

Se a república procurava desvalorizar essa tradição monárquica, foi exatamente a ela que Alberto de Faria recorreu ao pronunciar, em nome da comissão promotora do monumento, o seu discurso na festa de inauguração da estátua. Face ao presidente Campos Sales e demais autoridades que dois anos depois reinvestiriam na imagem de Osório através da criação da medalha militar, Alberto de Faria assumia a tradição monárquica e conservadora de Caxias, afirmando que Bernardelli erguera a imagem de um "soldado e cidadão" partidário da "ordem, da lealdade e do dever cívico" e diria mais. Para ele, essa imagem "infelizmente já foi evocada com saudades". A estátua, para Faria, sintetizava de forma exemplar a atuação de Caxias, que com austeridade representava uma verdadeira "efígie do valor militar". É a "Gazeta de Notícias" de 16 de agosto de 1899 que transcreve o discurso:

A personalidade de Caxias (...) exigia mesmo uma distinção como a que hora se lhe confere (...) A independência para que Caxias concorreu pela palavra, pelo conselho, agindo sempre, seria uma burla, uma calamidade, um erro, uma desgraça, se ele não a tornasse real, transportando-se de norte a sul com seus soldados, com seus veteranos, para dominar os rebeldes, que se agitavam de extremo a extremo nos combates anárquicos, nos estremecimentos, nas contrações epilépticas dos desvairamentos políticos.

22 Ver matéria de "O Malho" por ocasião do centenário de nascimento de Caxias - 25 de agosto de 1903.

Por esses motivos agradecia a presença do presidente e a inclusão da solenidade no programa das festas oficiais à república argentina. Ele considerava que essa era a maneira mais significativa que podia ter escolhido o chefe da nação para "indicar e encomendar essa nobre figura, em sua serena e olímpica majestade", aos jovens militares.

O discurso era inédito nas grandes folhas da capital e provavelmente foi a sua força que levou o jornal "O País" a romper o silêncio do dia da inauguração do monumento e escrever o artigo intitulado "Duque de Caxias", de 16 de agosto. Alberto de Faria requeria um lugar privilegiado para Caxias entre os grandes nomes da história nacional. Ao final desse longo pronunciamento, indagava sobre o que restaria da obra dos Andradas, de Bonifácio e de Feijó se não as tivesse completado o duque. Osório era o ímpeto, o arrojo do soldado. Caxias era o pai cuja "espada apertou o laço que deu ao Brasil a sua integridade moral e territorial".

O culto a Caxias. Apesar da força simbólica do discurso de Alberto de Faria, o nome de Caxias permaneceu, até a década de 20, esquecido na descrição do monumento de Bernardelli, em meio às árvores do jardim do atual Largo do Machado. Somente no ano de 1923, um membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro rompeu o silêncio que o entusiasmo por Osório nas primeiras décadas republicanas havia lhe imposto e propôs a instituição de uma cerimônia oficial em homenagem a Caxias. A proposta contou com a rápida adesão do ministro do exército, Setembrino de Carvalho. Através de um aviso ministerial, ele instituiu em caráter permanente a "Festa de Caxias", a ser realizada no dia 25 de agosto:²³

Convindo, para servir ao culto das nossas tradições que, a exemplo do que se pratica com Osório e Barroso, se renda, cada ano, ao Duque de Caxias a homenagem de nossa veneração, resolvi que se realize hoje, data natalícia desse glorioso general, uma formatura de tropas do exército (...) E nenhuma ocasião é mais propícia do que essa, para instituir, como hora o faço, com o caráter permanente, a festa de Caxias, que se efetuará a 25 de agosto.

No mesmo aviso, o ministro ainda fixava o objetivo da festa. Ela destinava-se a "exaltar o sentimento de dever, acendendo o culto da nobreza cívica e da lealdade patriótica, que é traço dominante da vida do Duque de Caxias". Um dado que não se pode perder de vista é que a proposta de criação da "festa" parte de uma instituição civil, com um

²³ Todos os dados relativos à instituição do culto a Caxias são resultado da pesquisa realizada por Celso Castro sobre a invenção do exército brasileiro. A parte relativa ao culto a Caxias pode ser encontrada em : CASTRO, Celso. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do exército brasileiro. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº 25, 2000.

papel bem definido na sociedade brasileira. Historicamente, o IHGB foi o centro oficial de produção da memória nacional. Coube a ele, no século XIX, delinear um perfil para a nação brasileira, fundamentando na história um projeto nacional e construindo seus mitos e representações.²⁴ É desse lugar de memória que, em 1923, o professor Vilhena de Moraes propôs ao governo a homenagem a Caxias. A partir de então, a cada ano, no dia 25 de agosto, flores, discursos e desfiles festejavam o nascimento do grande general do exército brasileiro. E, em 1925, a "Festa de Caxias" foi convertida no "Dia do Soldado". O Caxias que a sociedade política começa a resgatar deveria ser também o modelo ideal do soldado brasileiro.

Resta indagar sobre os motivos que justificam a instituição desse "culto a Caxias".

A década de 20 é tradicionalmente caracterizada como um período de crise. Uma crise que foi herdeira das convulsões sociais provocadas pelas marchas e contramarchas do processo de industrialização e que se definiria, na política, por contestações à preponderância dos setores vinculados à cafeicultura. Uma fase portanto de grandes conflitos, centrados no meio urbano.²⁵

Os anos 10 terminaram com um ciclo de greves de grandes proporções que envolveu especialmente as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Era o momento de maior expressão dos movimentos de organização da classe operária. Três greves gerais ocorreram nesse período. Uma delas, iniciada por duas fábricas têxteis em junho de 1917, teria, de acordo com Boris Fausto, se espalhado e mobilizado praticamente toda a classe trabalhadora de São Paulo — um total de 50 mil pessoas. Para combatê-las um forte sistema de repressão foi organizado. Os anos vinte tiveram início com a aprovação de um projeto que — considerando o anarquismo um crime — permitia a deportação de estrangeiros envolvidos em distúrbios e o fechamento de qualquer associação que realizasse atos considerados prejudiciais à ordem pública. Além disso, prisões de militantes, invasões e destruições de sedes de associações de classe não cessavam.

Em 1922 irrompia o levante que daria início ao ciclo tenentista. Não é objetivo desse texto analisar essas revoltas, porém cabe assinalar que somadas aos movimentos grevistas, elas agravavam a situação de crise que se definia. No dia seguinte ao levante do forte de Copacabana o presidente Artur Bernardes decretava estado de sítio e, curiosamente,

24 GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1: 5-27, 1988.

25 Nessa rápida caracterização dos movimentos sociais dos anos 20, utilizo dois textos: FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo, Edusp, 1996. e MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Sociedade: a consolidação da república oligárquica. In: LINHARES, Maria Yedda. História Geral do Brasil. R.J., Campus, 1990.

um ano depois, em 1923, a proposta de instituição do "culto a Caxias" era rapidamente aprovada pelo ministro do exército. Ainda que não seja possível tecer um quadro mais nítido dos fatos, parece inegável que a promoção da figura de Caxias ocorre em resposta ao constante envolvimento dos militares em questões políticas. De 1889 a 1922, são registradas 11 manifestações militares que agitavam o baixo oficialato do exército e da marinha.²⁶

Todos esses conflitos abriam espaço para a elaboração de discursos que destacavam a desordem do país e a vigência de um regime de terror. Setores do próprio exército, ainda na década anterior, já ponderavam sobre as conseqüências dessas manifestações para a instituição e procuravam definir uma nova forma de incorporação do exército na política.²⁷ Para eles, o exército devia se manter afastado da política partidária e "surdo ao canto das sereias oposicionistas". Esse tipo de atuação, como acreditavam, arrastava o exército para prélios políticos sangrentos e anárquicos, que só resultavam em desprestígio para a instituição. Por outro lado, defendiam a legitimidade da interferência do exército na "grande política". Só faziam uma ressalva: o exército é a expressão maior de uma nacionalidade, portanto sua participação deve ser unificada num só corpo, sem quebra de hierarquia.

O Caxias que se recupera nos anos 20 parece buscar exatamente essa coesão e lembra muito aquele definido por Alberto de Faria no discurso de inauguração do monumento do atual Largo do Machado. Caxias era o pai que saberia conter os arroubos e ímpetos dos soldados para promover a unidade nas fileiras do exército. O culto ao herói das campanhas platinas vai além das comemorações de 25 de agosto. Em 1925, Caxias se transforma também no patrono da turma de oficiais da Escola Militar do Realengo. A idéia de batizar uma turma com o nome de um patrono era nova e se inspirava na tradição francesa. O mais importante, contudo, é destacar que os integrantes da "turma Caxias" ingressaram na Escola do Realengo em 1923, quando essa se encontrava praticamente vazia em função da expulsão dos alunos das turmas anteriores, que se envolveram no levante de 5 de julho. O sentido de todas essas medidas pode ser deduzido do pronunciamento do general comandante da 1ª Brigada do Exército em uma ordem-do-dia de 1926. Nele, o general afirmava que a cultura moral do soldado brasileiro deveria ser trabalhada não apenas individualmente, mas também em consagrações coletivas, nas quais sua alma "vibre unissonamente na comunhão de um

26 Dados retirados de CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: FAUSTO, Boris (org.) H.G.C.B., S.P., Difel, t.3, v.2. 1974. quadro nº1.

27 Todas as referências sobre essa geração de militares encontra-se em CAPELLA, Leila Maria Corrêa. *As Malhas de Aço no Tecido Social: A Revista A Defesa Nacional e o Serviço Militar Obrigatório*. Dissertação de Mestrado ICHF- UFF. Niterói, 1985

mesmo pensamento". Nesse contexto, Caxias emerge, tal como pretendia Alberto de Faria, como um símbolo que sintetiza os predicados que devem compor o perfil de um militar — obediência e disciplina.

Mas esse movimento não se limita a construir uma unidade interna, no exército. Há nele também uma face externa que, acredito, procura marcar o lugar do exército na construção da nacionalidade brasileira. Celso Castro em sua pesquisa destaca que o "culto a Caxias" na sua fase pós-30 enfatiza a fusão do exército com a nação, colocando em segundo plano temas como a legalidade e a disciplina. Das mensagens e discursos pronunciados durante cerimônias oficiais surge então o Caxias comandante das lutas de pacificação, defensor da unidade e integridade do país. Oficial que colocou a sua autoridade a serviço de um Estado forte.

O momento era de formulação de uma nova política militar. Uma política que via na modernização do exército o único caminho viável para a organização das demais forças da nacionalidade. A instituição do serviço militar obrigatório é o exemplo maior dessa comunhão entre sociedade política e exército. Ela evidencia a crescente força de movimentos como o a Liga de Defesa Nacional (que lhe deu origem), a Propaganda Nativista e a Ação Social Nacionalista, que desde o fim da 1ª guerra mundial vinham abrindo a sociedade para discursos de base nacionalista.²⁸ Vale observar que essa proposta de modernizar o exército para transformá-lo no condutor do processo de reestruturação pátria é antigo dentro do exército. Fundada sobre a crença de que o exército era hostilizado pela elite política, essa aparece pela primeira vez entre setores do exército brasileiro por ocasião das reformas conservadoras de meados do século passado.²⁹ A referência dos anos 20 e 30 ainda é a mesma. O Brasil possuía uma elite política degenerada pelos vícios de um liberalismo que hostilizava o exército e condenava o país à desordem. Portanto, o exército, como representante maior da nacionalidade, devia tomar parte na direção dos negócios públicos. A diferença central é que os anos 30 incorporam essa proposta como forma de erguer um novo Estado, cuja finalidade devia ser encontrada fora da política, na promoção do bem estar nacional e na realização do bem comum. Na construção da nação brasileira, o Estado devia estar acima dos partidos e das facções e o povo disciplinado pelo serviço militar se transformaria nos "soldados da produção". Em 1931 Vargas anunciaria a necessidade de modernizar o exército e, no primeiro dia do soldado posterior à Revolução de 1930, comparecia à festa, numa atitude inédita. Era a primeira vez, como destacou Celso Castro, que o presidente da república entregava aos cade-

28 GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. R.J., Relume Dumará, 1994.

29 Essa foi uma idéia que eu procurei demonstrar na dissertação de mestrado. SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na Consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. RJ, Arquivo Nacional, 1999.

tes da Escola Militar seu novo estandarte — uma réplica em miniatura da espada de campanha de Caxias.

Entre Osório e Caxias

As memórias do general Osório e do duque de Caxias que Rodolfo Bernardelli esculpiu em bronze nos contam um pouco da história dos dilemas e projetos de república elaborados ao longo dos últimos anos da monarquia e das primeiras décadas republicanas.

O general Osório era o símbolo do modelo liberal, vitorioso na Constituição de 1891. A maneira como buscava selar a união do exército com o povo demonstrava algumas das contradições presentes nesse projeto. A primeira delas era a própria dificuldade de ampliação das bases da cidadania, que continuava a se caracterizar por desigualdades profundas e pela concentração de poder. A margem de ampliação incluía apenas o exército. As hierarquias da monarquia eram apenas adaptadas e o cidadão-doutor, predominante na política monárquica, convivia agora com o cidadão-general. Essa é a segunda contradição, consequência da primeira. Para se legitimar, o regime das primeiras décadas republicanas acaba por aprofundar um movimento de politização do exército que o envolve em vários conflitos.

Caxias é a resposta dos anos 20 a esses conflitos. A liberdade propagada pela elite política era sinônimo de federalismo, vetava a ação política, o cálculo e o pacto como parte da luta pela defesa de interesses e de construção da própria cidadania. Desorientada frente a esses conflitos, a república abre espaço para um novo projeto político de base conservadora, fundado na visão do Estado como promotor da paz social. Caxias é o seu símbolo. Anos antes — é importante lembrar — Alberto de Faria já falava nele como o grande pai que sabia promover a unidade. Representa o ideal de cidadania fundamentado no predomínio do interesse coletivo sobre o individual, na regulação das forças sociais em função de um objetivo comunitário. O monumento a que Rodolfo Bernardelli dispensou pouca atenção, deixando-o perdido entre as árvores do atual Largo do Machado, hoje ocupa lugar de destaque na avenida Presidente Vargas em frente ao Palácio do antigo Ministério da Guerra que seria rebatizado, assim como a praça em que está instalado, com o seu nome. A sua transferência e revalorização foram realizadas na década de 40, pelo Estado Novo, com a pompa que à república liberal não interessava promover.